



**CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS – CCSA  
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL**

**YASMIN MARQUES SOBRAL SANTIAGO**

**SÓ AS MULHERES CUIDAM?  
A SEXUALIZAÇÃO DO CUIDADO NA TRAJETÓRIA DE MULHERES QUE  
PROCURAM A ORGANIZAÇÃO PAPEL MARCHÊ, CAMPINA GRANDE/PB**

**CAMPINA GRANDE – PB  
2017**

**YASMIN MARQUES SOBRAL SANTIAGO**

**SÓ AS MULHERES CUIDAM?  
A SEXUALIZAÇÃO DO CUIDADO NA TRAJETÓRIA DE MULHERES QUE  
PROCURAM A ORGANIZAÇÃO PAPEL MARCHÊ, CAMPINA GRANDE/PB**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC),  
apresentado à Coordenação do Curso de  
Bacharelado em Serviço Social, da Universidade  
Estadual da Paraíba (UEPB) como requisito parcial  
para obtenção do título de Bacharela em Serviço  
Social.

Orientadora: Profa. Dra. Jussara Carneiro Costa

**CAMPINA GRANDE – PB  
2017**

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

S235s Santiago, Yasmim Marques Sobral  
Só as mulheres cuidam? a sexualização do cuidado na trajetória de mulheres que procuram a Organização papel marchê, Campina Grande/PB [manuscrito] / Yasmim Marques Sobral Santiago. - 2017.  
25 p. nao

Digitado.  
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, 2017.  
"Orientação: Profa. Dra. Jussara Carneiro Costa, Departamento de Serviço Social".

1. Família. 2. Mulheres. 3. Cuidado. 4. Identidade de gênero. 5. Serviço social. 6. ONG. I. Título.

21. ed. CDD 361.1

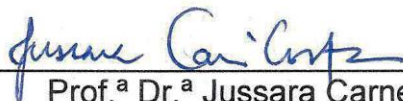
**YASMIN MARQUES SOBRAL SANTIAGO**

**SÓ AS MULHERES CUIDAM?  
A SEXUALIZAÇÃO DO CUIDADO NA TRAJETÓRIA DE MULHERES QUE  
PROCURAM A ORGANIZAÇÃO PAPEL MARCHÊ, CAMPINA GRANDE/PB**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC),  
apresentado à Coordenação do Curso de  
Bacharelado em Serviço Social, da Universidade  
Estadual da Paraíba (UEPB) como requisito  
parcial para obtenção do título de Bacharela em  
Serviço Social.

Aprovado em :11/08/2017.

**BANCA EXAMINADORA**



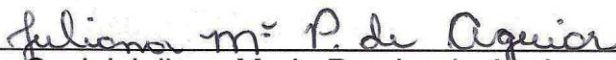
---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Jussara Carneiro Costa - Orientadora  
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



---

Prof.<sup>a</sup> Ma. Jéssyka Kaline Augusto Ribeiro – Examinadora  
Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ)



---

Assistente Social Juliana Maria Pereira de Aguiar – Examinadora Externa  
Organização Papel Marchê

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço primeiramente a Deus que, através da fé que mantive em seus planos para minha vida, sempre me deu forças para levantar em cada tropeço nesta caminhada.

Grata a minha família, em especial à minha mãe (Sandra) por me ensinar a ser guerreira e enfrentar os desafios sempre com muita garra e determinação e, acima de tudo, pelo seu imensurável amor, cuidado e atenção que me dedicou desde o berço. E ao meu irmão (Igor) e pai (Glêdson) pela proteção, carinho e dedicação.

A Magno Alexon, Anaína Clara, Romualdo Salles e Webert Cavalcanti que com seus conhecimentos e suas formas próprias de me apoiar tornaram-se indispensáveis para a realização deste sonho.

As minhas colegas de classe pela amizade construída e por todo o apoio durante o curso, em especial à Cristiane, Amanda Shayanne, Amanda Leite e Selma Diniz as quais compartilharam comigo momentos que jamais serão esquecidos.

Aos profissionais que compõe o Departamento de Serviço Social da UEPB, em especial aos professores que contribuíram ao longo deste período para meu desenvolvimento acadêmico.

À minha orientadora Jussara que, com sua sabedoria e paciência, me norteou para a conclusão deste artigo.

À minha supervisora de estágio supervisionado curricular, Susana, profissional dedicada e de uma postura exemplar, juntamente com a Assistente Social Juliana.

E agradeço imensamente aos membros da banca examinadora, nas pessoas de Jussara, Juliana e Jessyka, por terem se disponibilizado a participar da avaliação deste trabalho.

Obrigada a todos!

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	5
1 - PAPEL MARCHÊ: CARACTERIZAÇÃO DO AMBIENTE.....	6
2 - CONCEPÇÕES SOBRE GÊNERO, SEXO E IDENTIDADE E SUAS IMPLICAÇÕES.....	8
3 - MANIFESTAÇÕES DA LOCALIZAÇÃO DA MULHER NO DISPOSITIVO DA SEXUALIDADE: contrapontos necessários.....	11
4 - AS VIVÊNCIAS NA ORGANIZAÇÃO PAPEL MARCHÊ: refletindo sobre a atuação da mulher nos espaços sociais.....	16
5 - CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	21
REFERÊNCIAS.....	22

## RESUMO

O ensaio ora apresentado parte de um esforço para problematizar as formas de controle e dominação, especialmente a partir das dinâmicas que marcam os processos de identificação social e produção da diferença, evidenciando como esses processos encontram-se atrelados às dinâmicas que impõem hierarquias no que se refere aos marcadores sociais da diferença de gênero, sexualidade e identidade. Objetivamos problematizar a realidade apresentada nesta pesquisa e provocar inquietações tendo em vista mobilizar as instâncias responsáveis para que sejam criadas políticas públicas que contemplem a igualdade de oportunidades para as mulheres. Nesse sentido, apresentamos um estudo das pessoas que buscam os serviços assistenciais da ONG Papel Marchê, no município de Campina Grande-PB, na qual a mulher corresponde à grande parcela de pessoas acompanhantes das crianças e adolescentes usuárias, conforme verificamos na nossa experiência de Estágio Supervisionado. Constatamos também que as mulheres que participaram do nosso campo de pesquisa sofriam diversos níveis de violência e como a intervenção do Assistente Social é imprescindível para a conscientização delas em busca de uma melhor qualidade de vida e menos desigualdade social.

**Palavras-chave:** Gênero. Identidade. Relações de poder.

## INTRODUÇÃO

No presente trabalho, tecemos reflexões sobre dinâmicas de sexualizações verificadas na Organização não-governamental Papel Marchê no município de Campina Grande-PB.

A organização Papel Marchê, fundada em 2003, é uma OSCIP- Organização da sociedade civil de Interesse Público e sem fins econômicos, que promove assistência e apoio a Pessoas com Necessidades Especiais (PNE), atuando em parceria com o Governo do Estado da Paraíba, com a Prefeitura Municipal de Campina Grande e com o Sistema Único de Saúde - SUS.

Foi através do Estágio Supervisionado obrigatório que tivemos a oportunidade de vivenciar os acompanhamentos realizados no setor de serviço social. Na oportunidade, percebemos nesses atendimentos que as mulheres correspondiam à grande parcela de pessoas que acompanhavam as crianças e adolescentes usuárias nos serviços prestados por essa OSCIP. Com isso, surgiu o seguinte

questionamento: por que só o público feminino corresponde à maioria dos acompanhamentos dessas crianças usuárias na Organização Papel Marchê?

A princípio, torna-se um tanto curioso esse hábito cultural em que tais acompanhamentos devam ser feitos predominantemente pela figura feminina. Todavia, entendemos que essa situação reflete a representação do preconceito, da opressão e da desigualdade que a mulher enfrenta em seu cotidiano diuturnamente, evidenciando a representação da construção de arranjos sócio-econômicos e culturais que colocam a mulher na posição de desigualdade, através de suas condições de trabalho e renda, sua função na manutenção da família, sua responsabilidade em manter as diferentes condições de acesso aos serviços, especialmente os assistenciais. Por isso, a importância em problematizar uma das dimensões fundamentais desse público, alvo de nossa investigação, os desdobramentos que a marca de gênero implicam na vida dessas mulheres, como as múltiplas violências.

Diante desses fatos, atrelados aos textos estudados e debatidos no componente curricular Relações de Gênero e Serviço Social, surgem inquietações que deram origem à necessidade de uma problematização dos marcadores sociais das diferenças de gênero, sexualidade e classe social, mostrando como eles são utilizados e se articulam como dispositivos de controle social imbricados nas relações de poder e reverberam na trajetória dessas mulheres.

Nosso objetivo preponderante é problematizar a realidade apresentada nesta pesquisa e provocar inquietações, tendo em vista mobilizar as instâncias responsáveis para que sejam criadas políticas públicas menos seletivas e descentralizadas que contemplem a igualdade de oportunidades para as mulheres.

Esta pesquisa se caracteriza por ser de campo e explicativa, valendo-se de base bibliográfica, em particular no que diz respeito às questões de gênero. Nosso *locus* de investigação foi a Organização Papel Marchê, em Campina Grande-PB, onde observamos de forma direta por ocasião do estágio supervisionado.

Para tanto, iniciamos nossa discussão com a caracterização do ambiente onde nasceu nossa inquietação; a ONG Papel Marchê. Em seguida, abordamos contrapontos necessários para discutir as concepções de gênero, sexo e identidade e suas implicações, trabalhando também as articulações teóricas na produção de um ideário sobre o feminino e como isso reverbera nas práticas da maternidade, a partir das provocações experienciadas no campo de estágio. Posteriormente,



discutimos contrapontos necessários sobre as manifestações da localização da mulher no dispositivo da sexualidade. E, por fim, apresentamos a sistematização da nossa experiência na Organização Papel Marchê, de forma a apresentar a contribuição do Serviço Social na intervenção de conflitos de gênero.

## **PAPEL MARCHÊ: CARACTERIZAÇÃO DO AMBIENTE**

A criação da Organização Papel Marchê se deu a partir da necessidade de atender as pessoas com necessidades especiais, uma demanda que é crescente em Campina Grande-PB. Tendo em vista quebrar paradigmas e promover a inclusão deste público, assim são ofertados serviços nas áreas de saúde, oriundos de encaminhamentos das redes pública: estadual e municipal de ensino, bem como privada, e dos conselhos tutelares das regiões de Campina Grande. A missão da Organização é atender aos usuários sem distinção de raça, gênero, cor, religião ou classe social, em conformidade ao que preconiza o artigo 5º da Carta Magna de nosso país (BRASIL, 1988).

O Serviço Social na Organização Papel Marchê se iniciou em janeiro de 2010, a partir da inserção da Assistente Social Susana Tavares de Oliveira. Sua proposta era a de atender as famílias/responsáveis de crianças e adolescentes atendidas na Organização. No mesmo ano, em agosto, foi firmada uma parceria entre a instituição e o Departamento de Serviço Social da UEPB, para a inserção de estagiárias no local. Hoje há cinco graduandas/estudantes do Curso de Serviço Social, da Universidade Estadual da Paraíba-UEPB, estagiando na Organização Papel Marchê.

Com o passar do tempo, o Serviço Social da Organização em questão, foi se moldando às necessidades apresentadas. São realizados hoje atendimentos socioassistenciais, encaminhamentos e relatórios anuais para que a Organização tenha conhecimento das demandas do Setor de Serviço Social. Esse trabalho é feito com toda a família e as demandas são apresentadas de acordo com as necessidades particulares de cada uma delas.

As intervenções de profissionais dessa área surgem a partir do contato com as pessoas usuárias, ao realizarem escutas, atendimentos socioassistenciais e visitas domiciliares. Dentre esses encaminhamentos destacam-se: os de saúde, de assistência, de previdência, de educação, de conselho tutelar, de promotorias e de ONGs; visitas domiciliares e institucionais; solicitações de consultas; reuniões com

as famílias; relatórios; sistematização dos serviços (anotar os procedimentos em fichas de forma manual e no banco de dados informatizado do Serviço Social); supervisão e participação ativa nas reuniões da Rede de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres – REDECA e do Conselho de Defesa e Direito da Criança e do Adolescente (FORUM/DCA); atuando de acordo com o artigo 4º da Lei Nº 8.662, de 07 de junho de 1993, a qual dispõe sobre a profissão de Assistente Social e de suas competências (BRASIL, 1993).

As pessoas que buscam atendimento no setor de Serviço Social, em sua maioria, possuem baixa renda, nível baixo de escolaridade, vivem em situações de descaso e em moradias que não contemplam as suas necessidades básicas e de suas famílias. Um fato que também chama a atenção é que, com muita frequência, são as mães que sempre acompanham suas crianças e/ou adolescentes aos atendimentos na Organização Papel Marchê; são elas, também, que procuram o Serviço Social para problemas, não só relacionados aos atendimentos da Organização/instituição, mas também para a resolução de problemas que dizem respeito à família. Este é o momento central em que a questão de gênero ganha destaque em decorrência da maciça presença de mulheres que buscam encaminhamento e acompanhamento.

O setor de Serviço Social também organiza encontros familiares: todas as famílias são convidadas a participarem de reuniões e palestras sobre assuntos relacionados a problemas enfrentados por elas em seu cotidiano. Isso faz com que a relação entre a OSCIP/ Organização Papel Marchê e as famílias se amplie, não ficando somente restrita aos atendimentos. Há uma preocupação, de fato, em se criar um canal entre as famílias e o setor de serviço social, construindo-se um trabalho de mútua ajuda: ao mesmo tempo em que as famílias contribuem para a apresentação e discussão de sua realidade, bem como dos problemas que as afugentam, o setor de Serviço Social da Organização retribui com orientações e esclarecimentos para a mediação dos problemas enfrentados pelas famílias.

## **CONCEPÇÕES SOBRE GÊNERO, SEXUALIDADE E IDENTIDADE E SUAS IMPLICAÇÕES**

O conceito de gênero surge inserido no campo de estudos feministas muito articulado aos ideais do movimento social das mulheres com a ideia principal de

explicar as condições de subordinação das mulheres que eram sempre relacionadas por questões ligadas à natureza e à biologia. Através desses estudos, essa militância e as estudiosas feministas têm o convencimento de que essa inferioridade ganha um destaque com caráter fundamentalmente social nas diferenças que se percebe entre homens e mulheres, e do quanto às questões de masculino e feminino são socialmente produzidas e destacadas, sem negar os fatores biológicos.

Os marcadores de raça, gênero e sexualidade se configuram como construções sociais e culturais, perpassadas pelas relações de controle e dominação, a partir de discursos que produzem verdades sobre os corpos e subjetividades (LOURO, 2012).

A necessidade de se estudar questões de gênero, além da própria linguagem, envolve também importantes processos históricos – colonização, imperialismo, globalização e as práticas sociais cotidianas consideradas como vestimentas, eventos culturais, responsabilidades, os quais as marcas das relações desiguais de gênero são evidentes.

Questões de gênero relacionados à sexualidade - muito antes que consistir numa determinação estável, segura ou supostamente natural - são fluidas. Isso significa dizer que elas dizem respeito a posições frágeis, uma vez que nos remetem a convenções sociais violentas, arbitrárias que tentam trazer ou construir certa inteligibilidade sobre os corpos. Isso se dá desde o início de nossa tenra idade, ainda quando crianças, quando se estabelecem padrões às crianças relacionados a cores, comportamentos, objetos.

Ancoramo-nos nas observações de Jeffrey Weeks (2000) acerca das “dimensões sociais da sexualidade” ao destacar:

[...] A sexualidade é modelada na junção de duas preocupações principais: com a nossa subjetividade (quem e o que somos); com a sociedade (com a saúde, a prosperidade, o crescimento e o bem-estar da população como um todo). As duas estão intimamente conectadas porque no centro de ambas está o corpo e suas potencialidades. Na medida em que a sociedade se tornou mais e mais preocupada com as vidas de seus membros [...] ela se tornou cada vez mais preocupada com o disciplinamento dos corpos e com as vidas sexuais dos indivíduos. (p.47).

Tomaz Tadeu da Silva (2009) refere-se à identidade como uma forma de normalização utilizada pelo poder de maneira sutil para atribuir padrões de

identidade: “normalizar significa eleger – arbitrariamente – uma identidade específica como o parâmetro em relação ao qual às outras identidades são avaliadas e hierarquizadas”. Ele completa ainda dizendo que “normalizar significa atribuir a essa identidade todas as características positivas possíveis, em relação às quais as outras identidades só podem ser avaliadas de forma negativa” (SILVA, 2009, p.83).

Nesse sentido concebemos que gênero enquanto construção social e cultural articula-se aos processos discursivos que produzem identidade numa estreita conexão com seu exterior constitutivo, esses processos perpassam por apreensões binárias que marcam a formação de pólos fixos e assimétricos, sendo o pólo superior representado pelo masculino, situando o feminino como subalterno. Isso explica o porquê de gênero masculino ser visto pela sociedade como superior ao da mulher. É costume se pensar que os homens são mais fortes, mais práticos, mais dinâmicos, podem trair suas esposas e sair com os amigos; e as mulheres são o sexo frágil, não sabem dirigir, precisam estar sempre belas e magras, devem ficar em casa cuidando da casa e das crianças. Os valores positivos são atribuídos ao homem, que representa o gênero eleito para carregar as características positivas, ao passo que a mulher é o gênero diferente do padrão, sobre o qual recaem as características negativas: “A identidade normal é ‘natural’ desejável, única [...]. É a sexualidade homossexual que é ‘sexualizada’, não a heterossexual. A força homogeneizadora de identidade normal é diretamente proporcional à sua invisibilidade” (SILVA, 2009, p. 83).

A superioridade de um em relação ao outro é construída de forma arbitrária e invisível. A maneira como nos vemos masculinos/as ou femininas/os não significa necessariamente que deve estar relacionada diretamente ao fato de se ter nascido homem ou mulher, pois isso é, na verdade, apenas uma noção de sexo sob o ponto de vista anatomofisiológico, que não é suficiente para determinar a sexualidade do indivíduo. Alguns meninos nascem meninas e vice-versa, pois:

É a teorização cultural contemporânea sobre gênero e sexualidade que ganha centralidade. Ao chamar a atenção para o caráter cultural e construído do gênero e da sexualidade, a teoria feminista e a teoria *queer* contribui, de forma decisiva, para o questionamento das oposições binárias – masculino/feminino, heterossexual/homossexual – nas quais se baseiam o processo da ficção das identidades de gênero e das identidades sexuais (SILVA, 2009, p. 89).

Desde o nascimento, meninas e meninos são objetos de construções sociais que irão determinar suas atitudes, gestos, valores e opiniões de acordo com seu sexo. Se for menina, provavelmente vai ser educada para exercer funções domésticas; serão estimulados sentimentos de delicadeza, amor e fragilidade. O menino, por sua vez, educado para ser o provedor do lar, corajoso e aventureiro. Assim, são exercidas as práticas de sexualização, por meio das quais a sociedade contribui de maneira significativa para distanciar e hierarquizar meninas e meninos. Várias são as instituições sociais que corroboram com a solidificação e reduplicação desses estereótipos: tudo começa na família, seguido com a escola, ruas, religião e estado.

Silva (2009, p.84-85) esclarece que em momento algum são negadas as distinções entre os fatores biológicos: “o recurso à biologia é evidente na dinâmica da identidade de gênero (quando se justifica a denominação masculina por meio de argumentos biológicos, por exemplo)”. Não há de se negar os fatores biológicos, uma vez que é evidente que temos órgãos, temos formação genética, temos hormônios, temos anatomia e funções reprodutoras. Todavia, o que as questões de gênero discutem é que não há nenhum elemento atado a essas características biológicas que vão determinar quem somos ou quem devemos ser. “Nossas definições, convenções, crenças, identidade e comportamentos sexuais não são o resultado de uma simples evolução [...] eles têm sido modelados no interior das relações definidas de poder” (WEEKS citado por LOURO, 2000). Isso porque anatomia não é identidade: o fato de ter nascido homem não significa que temos que gostar de mulheres, futebol, carrinho; ou ter nascido mulher e gostar de homem, boneca, cozinhar ou fazer faxina. Nesse ponto, é importante destacar que: “[...] não há, contudo, a pretensão de negar que o gênero se constitui com ou sobre corpos sexuados, ou seja, não é negado os fatores biológicos, mas enfatizada, deliberadamente, a construção social e histórica produzida sobre as características biológicas” (LOURO, 2012, p.25-26).

De maneira mais agravante, as mulheres no Brasil, em função dessas construções sociais e históricas, passam por situações extremamente injustas no que diz respeito a seus direitos e interesses. Algumas mulheres confrontam-se com consideráveis limitações em sua tomada de decisões e definição de seus direitos. São exemplos de responsabilidades consideradas exclusivas das mulheres: o cuidado das crianças, dos idosos e dos doentes da família e a desvantagem no

mundo do trabalho remunerado. Afora esses fatores, há ainda a difícil vulnerabilidade física em relação à violência masculina.

### **MANIFESTAÇÕES DA LOCALIZAÇÃO DA MULHER NO DISPOSITIVO DA SEXUALIDADE: contrapontos necessários**

As decisões públicas que afetam as mulheres, de um modo geral, estão guiadas, na grande maioria das vezes, por imposições ou preferências masculinas, e não por suas necessidades, como se a maternidade e as rotinas domésticas fossem necessariamente suas principais atribuições e responsabilidades, fato que nos leva a entender que talvez sejam estes os fatores que justificam essa presença maciça das mulheres nos atendimentos em nosso campo de pesquisa. Não é sem razão que temos recentemente, na Reforma da Previdência, a tentativa de se retirarem as diferenças no tempo de contribuição entre homens e mulheres, quando sabemos que as mulheres possuem turnos extras de trabalho em casa. Outro exemplo que podemos citar é a lei antiaborto, que impõe à mulher o que fazer com o seu corpo, entre vários outros exemplos.

Branca Alves e Jacqueline Pitanguy (1985), em seu livro “O que é feminismo”, registram que, na década de 1960, o feminismo ganhou um destaque expressivo em relação aos papéis sociais de gênero, enfatizando a maneira como os processos de socialização passam os ensinamentos de domínio dos meninos sobre as meninas numa relação de poder.

Assim, o movimento feminista alertou a sociedade para o momento de despertar para a questão de gênero, que a diferença social entre homens e mulheres vai além da ausência de igualdade de oportunidades, atrelada aos fatores de violência, segregação, desrespeito, discriminação e preconceito, fatores que perpassam o cotidiano dos indivíduos negativamente, gerando uma série de problemas que atingem a dignidade humana e, sobretudo, da mulher. Conforme as autoras mencionadas complementam:

Essas feministas sustentam que o masculino e o feminino são criações culturais, comportamentos que aprendemos desde cedo. Por ser um processo histórico e não uma fatalidade biológica, a hierarquia entre os sexos pode então ser combatida em todas as áreas. Algumas das suas principais bandeiras são o fim da violência doméstica e da cultura do estupro, a descriminalização do aborto, a liberdade sexual, o fim da desigualdade salarial e o reconhecimento

do trabalho doméstico como um trabalho não pago. Dentro do feminismo alguns grupos também se organizam a partir das suas reivindicações e experiências específicas, a exemplo das mulheres negras, das mulheres trans e das lésbicas. Em todas as suas representações diversas, o objetivo comum das feministas é o empoderamento da mulher e o fim do machismo como um todo, desde as esferas políticas até os meios de comunicação. (ALVES & PITANGUY, 1985).

Ressaltamos que o feminismo não se resume apenas a um movimento organizado, mas sim a um sistema revolucionário que surgiu da necessidade de se romper a clausura em que viviam as mulheres e da necessidade de um espaço próprio para que elas se expressassem sem a interferência “soberana” do homem, em um processo que é marcado pelas relações sociais e culturais imbricados em relações de poder, que opera na produção de assimetrias que marcam as lógicas de controle e dominação, que se constrói enquanto estratégia de produção de corpos e subjetividades, enlaçados em “papéis” sociais para meninas e meninos, sendo a masculinidade exposta como pólo superior, do domínio público e a feminilidade ao espaço privado, do lar e do cuidado, figura submissa, historicamente subalternizada.

Louro (2012) refere-se ao ano de 1968 “como um marco da rebeldia e da contestação”, em que o movimento feminista atinge o ápice, através das várias formas de expressões: marchas, protestos públicos, livros, jornais e revistas, num contexto de efervescências social e política, no qual aquela que fora ocultada por tanto tempo torna-se visível.

Nesse contexto, a referida autora chama atenção para pensarmos as estratégias de resistências às formas de dominação. No entanto percebemos que esse movimento político organizado, nesse contexto não problematiza de forma efetiva os discursos utilizados por tais dinâmicas de controle e subordinação. Uma vez que sua articulação política não parte de questionamentos das normas sociais instituídas como práticas discursivas que situam os sujeitos a partir de assimetrias enlaçadas em relações de poder.

Nesse esteio, percebemos que as políticas públicas voltadas para as mulheres na atualidade, atualizam as formas de controle e dominação partindo dos discursos oficiais operacionalizados pelo Estado, situando as mulheres e controlando seus corpos, moldando-os. Castrando as potencialidades de construções de agendas de resistências encabeçadas pelas mesmas. Destarte, apesar de serem maioria, as mulheres não constituem um grupo específico na

atenção de assistência pública. Sendo assim, perpetua a reprodução da subalternidade dessas mulheres, contribuindo com a desigualdade de oportunidades nos diferentes espaços domésticos, do trabalho e da cidadania.

Há uma influência marcante da igreja, em especial monoteísta, cujas religiões são o cristianismo, o judaísmo e o islamismo, aliadas a uma política de Estado dominante e atrelada a uma concepção de política, que investe em formar e educar para uma condição de submissão. Weeks (2000, p.39) destaca que: “A Igreja e o Estado têm mostrado um contínuo interesse no modo como nos comportamos ou como pensamos”.

Enorme foi o empenho da Organização Mundial do Comércio – OMC em criar o Dia das mães, numa perspectiva dúbia de homenagear a mulher em sua “maternidade”, numa tentativa de compensar a sua “fragilidade”. Nesse dia, os presentes que são oferecidos às mulheres, em sua maioria, vão de artigos de decoração para o lar, eletrodomésticos, lingerie, obedecendo ao “padrão” de que mulher é a que cuida da casa e das responsabilidades para com os filhos e a que serve de objeto de realização sexual para o homem.

A nosso ver, tanto o Dia das mães como o Dia Internacional da Mulher deveriam promover a problematização das questões de violência, opressão, desigualdade, segregação da luta dos direitos da mulher e tantas outras questões que precisam ser resolvidas. Deveriam ser dias de reflexão para a sociedade.

Isso nos remete a certas questões que estão relacionadas à biopolítica, Segundo Foucault (1988, p.151), as disciplinas centram-se “no corpo como máquina: no seu adestramento, na ampliação de suas aptidões, na extorsão de suas forças, no crescimento paralelo de sua utilidade e docilidade, na sua integração em sistemas de controle eficazes e econômicos”, pautadas num modelo de governamentabilidade neoliberal que atua sobre os sujeitos de modo a conduzi-los a se comportarem de determinadas maneiras no mundo.

Sobre esse novo espírito de capitalismo e governamentabilidade Gadelha (2009) destaca:

[...] trata-se de uma governamentabilidade que busca programar estrategicamente as atividades e os comportamentos dos indivíduos; trata-se, em última instância de um tipo de governamentabilidade que busca programá-los e controlá-los em suas formas de agir, de sentir, de pensar e de situar-se diante de si mesmos, da vida que levam e do mundo em que vivem, através de determinados processos e



políticas de subjetivação: novas tecnologias gerenciais no campo da administração (*management*), práticas e saberes psicológicos voltados à dinâmica e à gestão de grupos e das organizações, propaganda, publicidade, *marketing*, *branding*, literatura de autoajuda etc [...] (pg.178).

Esse modelo de governamentalidade estatal intensifica as relações de poder existentes nas questões de gênero, que ganham destaque nos estudos feministas, baseados no conceito foucaultiano de “biopoder”, referindo-se à prática dos estados modernos e sua regulação dos que a ele estão sujeitos, por meio de “uma explosão de técnicas numerosas e diversas para obter a subjugação dos corpos e o controle de populações” (FOUCAULT, 1988). Ao debater essas relações de poder, Louro (2012) afirma que:

O conceito foucaultiano “de biopoder”, ou seja, o poder de controlar as populações, de controlar o “corpo-espécie” também parece ser útil para que se pense no conjunto de disposições e práticas que foram, historicamente, criadas e acionadas para controlar homens e mulheres. Nelas é possível identificar estratégias e determinações que, de modo muito direto, instituíram lugares socialmente diferentes para os gêneros, ao tratarem, por exemplo, de “medidas de incentivo ao casamento e procriação”. Aqui se trata de um poder que é exercido sobre os corpos dos sujeitos.

Percebemos que o processo de naturalização da identidade de gênero com sexo biológico tem sido fundamental para sedimentar as relações de poder entre homens e mulheres, limitando assim a liberdade delas, na qual as mulheres seguem percorrendo caminhos ambíguos, por um lado, oprimida, se sai à noite, se usa roupa curta ou apertada, se tem vários relacionamentos; por outro, quando ela mesma faz apontamentos para outras mulheres, atribuindo conceitos disso ou daquilo outro, recriminando, subjugando, baseando-se em comportamentos e atitudes pré-definidos pela sociedade.

As contribuições de Louro (2012) e Silva (2009) permitem-nos identificar os elementos que nos remetem às bases epistemológicas que fundamentam as relações dicotômicas que vão acirrar as análises em dois pólos, fixas e simétricas, que estabelecem relações de poder, na qual cada pólo é constituinte do outro. No entanto, um deles mantendo a superioridade, dando o tom das organizações sociais, políticas, culturais, em detrimento do outro inferior configura como o desvio da regra estabelecida.

As relações de poder em gênero se encaixam nas palavras de Foucault (1988, p.96):

[...] não se deve imaginar o mundo do discurso dividido entre o discurso admitido e o discurso excluído, ou entre o discurso dominante e o dominado; mas, ao contrário, como uma multiplicidade de elementos discursivos que podem entrar em estratégias diferentes.[...] Os discursos, como os silêncios, nem são submetidos de uma vez por todas ao poder, nem opostos a ele. É preciso admitir um jogo complexo e instável em que o discurso pode ser, ao mesmo tempo, instrumento e efeito de poder, e também obstáculo, escora, ponto de resistência e ponto de partida de uma estratégia oposta. O discurso veicula e produz poder; reforça-o, mas também o mina, expõe, debilita e permita barrá-lo. Da mesma forma, o silêncio e o segredo dão guarida ao poder, fixam suas interdições; mas, também, afrouxam seus laços e dão margem a tolerâncias mais ou menos obscuras.

E assim, vão se estabelecendo padrões à sociedade, voltados para os interesses próprios, sem levar em consideração as necessidades dos indivíduos, principalmente no que se refere às mulheres. Muito antes disso, inclusive, no processo de formação social do Brasil, como bem ressalta Gilberto Freyre, em seu clássico “Casa Grande & Senzala”, de 1933, as mulheres representavam uma camada inferior da sociedade que estava sobre os mandos do senhor de engenho. E mesmo dentro do grupo feminino, é sabido das diferenças entre as mulheres brancas e as negras, por exemplo, entre as mulheres ricas e as pobres, e assim por diante.

Nessa perspectiva, Campos (1992, p.21) em sua obra “Ser Mulher: o desafio” aponta que:

A mulher, aqui no Brasil como em outros países sul-americanos é sinônimo de graça, beleza, tolerância, meiguice, compreensão e **burrice**. Associa-se também ao feminino, o maternal [...] A partir dessa classificação, a sociedade já não consegue mais distinguir o gênero (masculino e feminino) do sexo, biologicamente dito (homem e mulher). Tudo está mesclado. E a mulher, somada à mãe e à feminilidade, surge como um estereótipo criado pela nossa cultura, onde o estado maternal prepondera sobre a sexualidade da mulher. (CAMPOS, 1992, p. 21).

Vinculado a esses fatores, temos ainda a influência capitalista no seu princípio geral de alienação, subordinação, trabalho inferior e mal remunerado, que

desde seus primórdios, tenta manter a mulher na ignorância, ou apenas educá-la o mínimo necessário na tentativa de atingir o ápice de sua opressão, quando a reduz à passividade total, impedindo-a de conseguir imaginar que há possibilidade de libertação, tornando a mulher em um agente difusor da teoria da resignação e passividade, a qual, muitas vezes, sente-se culpada quando não cumpre as atribuições e responsabilidades impostas pela sociedade. A base das relações desiguais de gênero persiste até os dias atuais e, muitas vezes, é fortalecida especialmente pelo reforço do sistema econômico.

### **AS VIVÊNCIAS NA ORGANIZAÇÃO PAPEL MARCHÊ: refletindo sobre a atuação da mulher nos espaços sociais**

#### **O SERVIÇO SOCIAL NA INTERVENÇÃO DOS CONFLITOS DE GÊNERO**

O Estágio Supervisionado na Organização Papel Marchê foi vivenciado no período de 18 meses, sempre na quinta-feira, nesse dia, havia uma média de sete a dez atendimentos, quando tivemos a oportunidade de observar que a maioria das pessoas que acompanhava os usuários que buscavam os serviços prestados pela Organização era mulheres, representando uma estimativa de cerca de 90% a 95% do público atendido. A partir dessas observações, surgiram as interpelações que desencadearam as reflexões aqui sistematizadas. Além disso, verificamos que a maioria desse público, em seus depoimentos, revelava que sofria violência no âmbito familiar e social, demonstrando que embora tenhamos avançado através das lutas do movimento feminista, e das políticas públicas voltadas para as mulheres, ainda há muito a ser feito, pois historicamente as políticas sociais são limitadas a dar respostas mínimas e paliativas em situações que demandam intervenção mais qualificada.

Em uma das tardes, na ocasião da realização do Estágio Supervisionado, uma acompanhante declarou que sofria violência física em casa por parte de seu companheiro. Presenciamos uma mãe acompanhante com hematomas nos braços; quando questionada sobre o motivo, essa mulher nos relatou que seu filho era “muito grande” e, em momentos de crise, ele a machucava. Então, perguntamos o porquê do marido não ajudá-la, ao que respondeu que o marido a culpava dizendo:

*“Você quis ter, assuma. Não posso deixar o meu trabalho pra tá lhe ajudando com um adolescente, e você não faz mais nada além das obrigações de casa, então nem fique com choradeira pro meu lado.”*  
(Depoimento de mãe de usuário dos serviços da Organização).

Observamos que não é apenas a violência física pela qual passam as mulheres. Há ainda violência psicológica e moral, as quais são respectivamente tipificadas no inciso II e V do artigo 7º da Lei nº 11.340, *in verbis*:

II - a violência psicológica, entendida como qualquer conduta que lhe cause dano emocional e diminuição da auto-estima ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação;

V - a violência moral, entendida como qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria. (BRASIL, 2006).

Ao que podemos notar, a partir da fala apresentada anteriormente da mãe de um dos usuários dos serviços da Organização; violência psicológica e moral são tão graves quanto à violência física, embora menos conhecida pelas mulheres que passam por essa situação. São violências que ferem completamente a dignidade da pessoa humana, reproduzindo traumas, constituindo uma prática de reiteração do lugar subalterno da mulher nas relações sociais, uma vez que são imbricadas nas discussões culturais e epistemológicas, fundamentadas no argumento da maternidade.

Provavelmente, a mulher do depoimento assimila de maneira natural a opinião do seu marido, uma vez que o homem expõe uma ideologia que é latente em nossa sociedade. Sem saber que aquela ideologia deve ser superada por nós mulheres, a mulher aceita sua condição de subalterna de forma natural, visto já estar enraizada em sua cultura historicamente, como explica Weeks (2000. p.51): “O gênero não é uma simples categoria analítica; ele é [...] uma relação de poder. Assim, padrões de sexualidade feminina são inescapavelmente, um produto do poder dos homens para definir o que é necessário e desejável – um poder historicamente enraizado”.

Fato que surpreende é a própria mãe acompanhante agredida não procurar atendimento para ela mesma. Isso reforça o grau de subalternidade no qual ela se percebe em sua família, uma vez que, mesmo com todo o seu sofrimento com o marido, ela vem à Organização para procurar ajuda para o seu filho. Trata-se da opressão silenciosa, aquela que não se mostra por estar arraigada à própria condição humana da mulher.

Houve também depoimentos ainda mais impactantes. Em outra ocasião, em um dos atendimentos realizados durante o Estágio Supervisionado, uma das usuárias, adolescente, na época, com quinze anos, em aparente estado de devaneio – provavelmente devido ao uso de alguma droga ilícita – procurou o setor de Serviço Social da ONG para relatar que estava sendo abusada sexualmente pelo genitor e que acabou engravidando:

*“A hora de ir pra casa, normalmente, deveria ser a melhor hora, para todos, minha filha. (Silêncio). Pra mim, é o pior, suor frio, mãos tremendo, rezo, fecho os meus olhos, coração palpitando. Desço do ônibus, e lá está ele, em frente ao portão, com a mesma expressão, meu monstro diário, lá me esperando, com o mesmo bafo de cachaça de sempre... hora da tortura [...] Deus me livre de denunciar, ele diz que mata”*

Os depoimentos nos conduzem a reflexão sobre a imensa quantidade de mulheres que sofrem diariamente violência doméstica de todos os tipos. Como profissionais do Serviço Social, nos atendimentos, precisamos estar atentos ao que determina o Código de Ética de 1993, que se refere ao compromisso ético-político para com os usuários:

Garantir a plena informação e discussão sobre as possibilidades e conseqüências das situações apresentadas, respeitando democraticamente as decisões dos usuários, mesmo que sejam contrários os valores e às crenças individuais dos profissionais, resguardados os princípios deste Código (CFESS, 1993, p.23).

Notamos que o Código de Ética também orienta que deve ser aplicado aos acompanhantes das crianças usuárias, quando assim for necessário. Isso porque, como já afirmado, a maioria se encontra no mesmo nível de vulnerabilidade.

Dados da Secretaria de Políticas para as Mulheres - SPM apontam que a maioria das denúncias é feita pela própria vítima (67,9%), e mais da metade das

mulheres que sofrem com a violência são negras (59,7%). De acordo com a SPM, os registros de violência realizados por outras pessoas, como parentes, vizinhos e amigos, aumentaram 93% no primeiro semestre desse ano, em relação ao mesmo período de 2015.

Inúmeros são os depoimentos relatados pelas pessoas usuárias e suas acompanhantes na Organização Papel Marchê, envolvendo os diferentes tipos de violência - física, psicológica e/ou moral - contra as mulheres pobres com baixo nível de escolaridade.

A violência tem sido um fator preponderante na vida das mulheres, revelando uma expressiva manifestação da desigualdade, caracterizada pelo abuso de poder e controle nas esferas públicas e privadas, estando diretamente ligada aos estereótipos de gênero, perpetuando tal violência.

A Lei Maria da Penha nº 11.340 (BRASIL, 2006), que trata da violência doméstica e familiar contra a mulher, foi criada no intuito de proteger as mulheres. Trata-se de um grande avanço no marco jurídico de nosso país, embora seja ainda carregada de muitas lacunas. Vários outros planos foram criados em defesa das mulheres, como o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, que já se encontra em sua segunda versão, trata-se do resultado da organização coletiva de anos, da sistematização de três ciclos de conferências que envolveram uma diversidade de mulheres de todas as regiões do Brasil. Nele encontramos relevantes ações e metas para serem cumpridas no tocante ao fim da violência contra as mulheres.

É nosso dever, enquanto profissionais do Serviço Social, não somente pôr em prática esse e outros planos para diminuirmos as diferenças de gênero em nossa sociedade, como também refletir os vínculos e funcionamento que envolve a prática do Serviço Social, haja vista que as políticas sociais são estruturadas, limitadas e seletivas, não atendendo as necessidades das pessoas marginalizadas socialmente.

Sabemos que as denúncias de violência contra as mulheres têm aumentado a cada ano, mas ainda há muitos casos silenciados pelo simples desconhecimento de seus direitos e deveres, por medo, por falta de escolaridade, por elevado nível de inferioridade em que muitas mulheres se encontram frente aos homens. O setor de Serviço Social da Organização Papel Marchê, deve ultrapassar práticas mediadoras, instrumentalizando as mulheres para o pleno exercício de sua cidadania, no intuito de contribuir na transformação dessas mulheres através de palestras, oficinas, e

cursos que tenham como objetivo orientá-las, para aguçar a cognição delas sobre as suas relações sociais.

A sociedade precisa entender que a mulher tem dignidade também, assim como se atribui ao homem. As mulheres são muito mais do que um “sexo frágil”: essa alcunha não lhes cabe mais, porque são dotadas de inteligência, força e dons, tais quais os do sexo oposto. As mulheres são donas do seu próprio corpo, por isso, têm o poder de decidir o que fazer e como usá-lo. Não é necessário que determinem o que elas têm que ser ou do que são capazes de fazer. Podem ser mãe, doméstica, engenheira, mecânica, porque mulher é muito mais do que um sexo. Nem a sociedade, nem o Estado e nem a Igreja tem o direito de estabelecer padrões de existência. Cada um tem o direito de construir sua identidade, independentemente do que lhe é imposto. É preciso que haja respeito e liberdade para oportunizar a tomada de decisão sobre a própria vida e equilíbrio de poder, isso será igualmente bom para ambos os gêneros.

Essa é a mudança que precisa acontecer e tem que partir de cada indivíduo. Devemos sair da zona de conforto e tentar percorrer o caminho inverso, percebendo como essas relações foram se construindo, desenvolvendo um olhar crítico para questionar essas relações, desconstruindo e reconstruindo os espaços e entraves que formaram a base epistemológica de todo esse preconceito. O caminho mais adequado seria desconstruir a dicotomia – polaridade – sobre o que é de homem e o que é de mulher.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

As desigualdades de gênero que perpassam a sociedade encontram-se ainda ativas nos dias atuais, em pleno século XXI, apesar das consideráveis conquistas históricas do movimento feminista. Essas desigualdades refletem sobre a totalidade da vida das mulheres, em que a inserção do mercado de trabalho e o acesso restrito aos serviços e bens disponibilizados pelas sociedades em que vivemos, são fatores prioritários de manifestação das discriminações sofridas. A liberdade de gênero é o fator preponderante para que se acabem as limitações e os estereótipos na socialização entre meninos e meninas, para, assim, poder exercer a prática da sua autonomia enquanto ser social.

O Estágio na Organização Papel Marchê, que atende a pessoas com necessidades especiais, proporcionou o conhecimento sobre a realidade das diferenças de gênero em nossa sociedade, não só no público usuário como também no grupo de pessoas que acompanhavam esses usuários. Vimos que as estimativas mostram que cerca de 90% a 95% desse público são mulheres, fato que ficou constatado nas escutas dos depoimentos dos usuários acompanhados: mulheres que sofriam injustiças nos âmbitos familiares e sociais.

Pelo diálogo com essas mulheres que frequentavam a Organização, muitos depoimentos demonstravam mulheres tão sofridas pela sua condição que muitas sequer se davam conta de que eram seres dotados de dignidade humana.

Por ser a profissão do Serviço Social em sua maioria composta por mulheres, desde seus primórdios, as relações de gênero fazem parte de sua dimensão estruturante. Além disso, as mulheres são majoritariamente o público-alvo dessa ação profissional, nos diferentes espaços sócio-ocupacionais. Acreditamos que a análise das relações sociais de gênero é indispensável para não apenas desvelarmos as desigualdades que marcam a vida das mulheres, como também para não reproduzi-las no cotidiano do exercício profissional.

Os estudos de gênero em Serviço Social podem ter uma dimensão estratégica, na medida em que contribuem para formar profissionais críticos e criativos com o objetivo de desenvolverem um trabalho mais efetivo e comprometido em contribuir para o desenvolvimento de políticas públicas voltadas para as mulheres. A incorporação do feminismo e da riqueza das questões que ele desvela acerca do universo da exploração, subalternização e opressão das mulheres contribui fortemente para uma ação profissional baseada nos valores e princípios do projeto ético-político do Serviço Social.

Ressaltamos, portanto, a importância da discussão da temática no âmbito das políticas públicas voltadas para a igualdade de gênero, cabendo aos Assistentes Sociais participarem na formulação e gestão dessas políticas públicas direcionadas às diferentes expressões da questão social, que integram também aos interesses e às necessidades das mulheres, intervindo no cotidiano das instituições, propondo e definindo estratégias de ação frente às demandas trazidas por esses sujeitos.



**ABSTRACT:**

This essay starts from an effort to problematize the forms of control and domination, especially from the dynamics that mark the processes of social identification and the production of difference, evidencing how these processes are linked to the dynamics that impose hierarchies with regard to social markers of the difference of gender, sexuality and identity. We aim to problematize the reality presented in this research and provoke concerns in order to mobilize the competent authorities for creating public policies that contemplate equal opportunities for women. In this sense, we present a study of the people who seek the assistance services from the NGO Papel Marchê, in the city of Campina Grande-PB, in which the woman corresponds to the large number of people accompanying the children and adolescents users, as we verified in our experience during the Supervised Internship. We also found that the women who participated in our research field suffered several levels of violence and how the intervention by the Social Worker is essential for their conscientization in search of a better quality of life and less social inequality.

**Keywords:** Genre. Identity. Power relations.

## REFERÊNCIAS

ALVES, Branca Moreira; PITANGUY, Jacqueline. **O que é feminismo**. São Paulo: Abril Cultural/Brasiliense, 1985. (Coleção Primeiros Passos).

BARROCO, Maria Lúcia Silva; TERRA, Sylvia Helena. **Código de ética do/a assistente social comentado**. Organização do Conselho Federal de Serviço Social – CFESS. São Paulo : Cortez, 2012.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Texto original publicado no Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 5 out. 1988. Seção 1. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>. Acesso em: 20 jun. 2016.

\_\_\_\_\_. **Lei 8.662, de 07 de junho de 1993**. Dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências. Texto publicado no Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 8 jul. 1993. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8662.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8662.htm)>. Acesso em: 14 jun. 2017.

\_\_\_\_\_. **Código de ética do/a assistente social**. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão. 10. ed. rev. e atual. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 2012. 60 p. Disponível em: <[http://www.cfess.org.br/js/library/pdfjs/web/viewer.html?pdf=/arquivos/CEP\\_CFESS-SITE.pdf](http://www.cfess.org.br/js/library/pdfjs/web/viewer.html?pdf=/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf)>. Acesso em: 14 jun. 2017.

\_\_\_\_\_. **Lei n. 11.340, de 07 de agosto de 2006**. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher... Texto publicado no Diário oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 8 ago. 2006. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm)>. Acesso em: 14 jun. 2017.

CAMPOS, Tiny Machado de. **Ser mulher: o desafio**. São Paulo: Makron Books, 1992.

COSTA, Sylvio de Sousa Gadelha. Governamentalidade neoliberal, teoria do capital humano e empreendedorismo. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 34, n. 2, p. 171-186, maio/ago. 2009. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/8299>>. Acesso em: 14 jun. 2017.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

\_\_\_\_\_. **História da Sexualidade I: A vontade de saber**. Trad: M.T.C. Albuquerque e J.A.G. Albuquerque. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1988.

FREIRE, Gilberto. **Casa grande & senzala**. Recife: Global Editora, 2003.

GADELHA, Sylvio. **Biopolítica, governamentalidade e educação: introdução e conexões**, a partir de Michel Foucault. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

LOURO, Guacira Lopes (Org.). **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

\_\_\_\_\_. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. 14. ed. Petrópolis, RJ : Vozes, 2012.

SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES - SPM. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2016/08/ligue-180-registra-mais-de-555-mil-atendimentos-este-ano>>. Acesso em: 14 jun. 2017.

SILVA, Tomaz Tadeu. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, Tomaz Tadeu (Org.); HALL, Stuart; WOODWARD, Kathryn. **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. 9. ed. Petrópolis, RJ : Vozes, 2009. p. 73-102.

WEEKS, Jeffrey. O corpo e a sexualidade. In: LOURO, Guacira Lopes. **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.